

SISTEMATIZAÇÃO DA AÇÃO COMUNITÁRIA

1 - INTRODUÇÃO

No momento em que o MOBREAL optou por uma proposta centrada na Ação Comunitária, considerou a atuação dos seus vários Programas, os quais, continham todos eles a preocupação com o envolvimento comunitário e já anunciavam uma metodologia de trabalho democratizante e funcional. Os resultados obtidos e o interesse por essa estratégia de ação indicaram a necessidade de se aprofundar a questão do trabalho com as comunidades e melhor explicitar os métodos utilizados.

Nessa perspectiva, foi criado o PRODAC com o objetivo de desenvolver um processo educativo com conteúdos diversificados e centrados em pressupostos da Ação Comunitária.

Estes pressupostos são os seguintes:

- abertura efetiva de "espaços educativos" para que, na relação agente/educandos, estes expressem as suas necessidades e expectativas;
- conhecimento das características próprias dos educandos, indagando-se sobre a adequação da prática desenvolvida;
- viabilização, a partir dessas necessidades e expectativas, dos "espaços de negociação" onde através de diálogos com a população as instituições discutem seus limites e possibilidades de atuação;
- identificação/surgimento/fortalecimento de formas representativas dos educandos, tais como: Conselhos Comunitários, grupos de Ação Comunitária, Associações de Moradores e outras que facilitem a administração do processo educativo pelos que estão nelas envolvidos;
- participação do agente, que deve ocorrer numa postura de troca, onde seu saber e sua experiência e o saber e a experiência dos educandos se transformam em instrumentos para participação social

e num trabalho junto aos educandos para identificação e solução de problemas;

- incentivo a atividades diversas que se constituam em oportunidades educativas que fortaleçam a proposta de uma Educação Comunitária;
- busca de alternativas que garantam uma participação mais efetiva dos educandos na definição quanto à utilização dos recursos institucionais.

No decorrer dos últimos anos, o desenvolvimento da Ação Comunitária vem ocorrendo através de duas alternativas, definidas pelas Coordenações, que indicaram as estratégias de operacionalização compatíveis com as suas realidades.

Nessa perspectiva, a implantação/implementação da Ação Comunitária vem ocorrendo a partir de programas com conteúdos específicos que tendem a ampliar-se à medida em que outras questões são levantadas pelos educandos e ainda a partir de conteúdos diversificados definidos pela própria população envolvida, onde os serviços institucionais constituem-se em respostas às solicitações da clientela.

Observa-se que as ofertas educativas do MOBREAL são trabalhadas em grupos não interligados e dirigidas para necessidades imediatas, sem que ocorra uma dimensão mais global da organização da população.

Diante disso, importa a promoção de um trabalho que favoreça o surgimento e a consolidação dessas formas organizativas mais globais, como decorrência do próprio processo de educação comunitária que busca a ampliação da participação social.

2 - A PROPOSTA DA SISTEMATIZAÇÃO DA AÇÃO COMUNITÁRIA

As comunidades têm suas formas próprias de organização. À medida

que desenvolvem seus trabalhos comunitários criam seus espaços educativos, muitas vezes, sem a presença de agentes externos.

No processo de educação centrada na ação comunitária, os grupos desenvolvem suas ações se movimentando em função de seus problemas. Alguns desses problemas poderão ser solucionados pelos próprios grupos, outros necessitarão de uma articulação/negociação com entidades que respondam às solicitações da população.

Dependendo da prática desenvolvida pelos grupos e do estágio em que se encontram, irá surgindo a necessidade de articulação entre os mesmos no sentido de fortalecer/ampliar as suas ações. Desta forma, ocorreria uma troca de experiências entre os participantes dos vários grupos, a descoberta de interesses específicos e comuns e ainda a busca de alternativas de solução com encaminhamento conjunto de propostas a várias entidades locais.

Essa articulação entre os grupos produzindo resultados julgados, por eles, relevantes, poderá conduzi-los a uma consolidação de mecanismos de representação mais ampla. Podem, nesse caso, surgir organizações de caráter mais abrangente e global.

Estas formas mais amplas de organização seriam constituídas pelos representantes de grupos locais tendo como finalidade a discussão/ reflexão de problemas existentes nas localidades que representam e a busca de soluções.

A experiência tem mostrado que, nos casos em que ocorrem essas formas mais globais de organização, observa-se:

- ampliação de canais de representação;
- troca de experiências entre os grupos, através de seus representantes;

- compatibilização das propostas/programas das instituições locais com os interesses dos grupos comunitários;
- facilidade de penetração de orientação técnica de entidades de acordo com as expectativas existentes nas localidades;
- maior integração entre as entidades;
- racionalização de recursos institucionais e sua melhor aplicação;
- maior participação da população junto ao poder decisório.

Os resultados desse processo poderão oportunizar/estimular a participação e/ou surgimento de outros grupos, fortalecendo ainda mais a representatividade da população.

2.1 - A PARTICIPAÇÃO DO AGENTE

A participação de agentes externos frente a situações dessa natureza deve ocorrer numa postura de troca de conhecimentos com os grupos, contribuindo desta forma para que ambos tenham uma visão maior da realidade local.

Essa relação de troca possibilitará à clientela uma visão maior acerca do seu potencial de ação na busca de solução de seus problemas e também contribuirá para que o agente vivencie na prática o seu conhecimento teórico, identificando, mais claramente, a linha de atuação do seu trabalho com os grupos.

O agente é a pessoa que vai desencadear um trabalho social procurando atuar como facilitador do processo sócio-educativo, oportunizando o surgimento de condições favoráveis a que os grupos discutam sua realidade local, ouvindo-os, estimulando-os, enfim, co-participando de todo este processo educativo, visando o crescimento do grupo.

À medida em que o agente vai identificando formas organizativas potencialmente representativas, a sua preocupação deverá estar voltada para informação da existência desses grupos e a discussão quanto a viabilidade de articulação entre eles. Essa articulação possibilitará a conjugação de interesses comuns aos grupos e específicos de cada grupo. É ela, ainda, que mais à frente possibilitará uma consolidação da relação entre os grupos, o que concorrerá para o reconhecimento da importância de uma forma mais global e representativa que possa traduzir a expressão dos grupos.

2.2 - CRITÉRIOS BÁSICOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO

No sentido de desencadear a proposta de sistematização de ação comunitária no Estado, é conveniente que a ANPAC leve em consideração alguns procedimentos:

- integração com as demais agências no sentido de discutir a viabilidade da proposta e colher subsídios para o desenvolvimento da mesma, envolvendo-as também no plano de acompanhamento sistemático;
- integração com o SUSUG buscando identificar dados que favoreçam o reconhecimento das áreas e indicando aspectos a serem levados em conta no acompanhamento;
- articulação a nível de Estado com outras entidades com vistas ao planejamento de ações conjuntas na base, o que subsidiará o Agente no seu papel de troca com os grupos.

Tendo em vista a garantia da proposta de sistematização da ação comunitária, sugerimos, de início, a seleção de municípios que apresentem as seguintes características:

- proximidade da capital;
- facilidade de acesso à área;
- receptividade do Prefeito e dos grupos locais;

- predisposição da COMUN no apoio e envolvimento com o trabalho;
- possibilidade de irradiação para outras áreas/municípios próximos;
- grupos em processo de consolidação de formas mais representativas;
- presença de entidades que desenvolvam trabalhos comunitários/
/serviços;
- integração com entidades que se envolvam na proposta de Sistematização da Ação Comunitária.